

NOUVELLE HISTOIRE: QUESTÕES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS APRESENTADAS À HISTÓRIA¹

La Nouvelle Histoire: Conceptual and methodological issues presented to history

Júlio Resende Costa²
Sônia Maria dos Santos³

RESUMO

O trabalho apresenta uma síntese dos principais pontos discutidos em uma mesa redonda realizada em 1977, na França, com a participação de renomados historiadores da historiografia francesa, em especial os annalistas da terceira geração da École des Annales. Para a realização do estudo, optou-se pela pesquisa bibliográfica, tendo como base a obra “A nova história”, um compêndio que reuniu as principais questões e argumentações teórico-metodológicas apresentadas à história por Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, Georges Duby, Michel de Certeau, Paul Veyne, Philippe Ariès e Pierre Nora. O grande debate que se instalou durante a terceira geração da École des Annales (1968-1989) discutiu os fundamentos, conceitos e métodos da história. A Nouvelle Histoire procurou se afastar do método positivista adotado pela história tradicional, ao passo que se aproximou cada vez mais do método qualitativo e etnológico. A Nouvelle Histoire, defendida pelos terceiros annalistas, propôs uma nova perspectiva de abordagem do fenômeno histórico. Trouxe para o cenário da discussão alguns elementos desconsiderados pela história positivista: diversificação de objetos de estudo, a micro-história de grupos sociais descartados pela história clássica, a história das mentalidades, a análise dos fenômenos sob diferentes recortes espaço-temporais e a valorização de fontes não documentais, como a história oral e a iconografia. A partir desses condicionantes, a Nouvelle Histoire propôs analisar, compreender e explicar a realidade social em sua complexidade histórica, distintas dimensões (humana, social, cultural, política, econômica) e manifestações de linguagem (semiótica e significado).

Palavras-chave: Nouvelle Histoire, École des Annales, Micro-história, História das Mentalidades.

ABSTRACT

The article presents a summary of the main points discussed in a round table held in 1977, in France, with the participation of renowned historians of french historiography, in particular the third generation analysts of the École des Annales. for carrying out the study, a bibliographical research was chosen, based on the work “The new history”, a compendium that brought together the main questions and theoretical-methodological arguments presented to history by Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, Georges Duby, Michel de Certeau, Paul Veyne, Philippe Ariès and Pierre Nora were introduced to the story. The great debate that took place during the third generation of the École des Annales (1968-1989) discussed the foundations, concepts and methods of history. The Nouvelle Histoire sought to move away from from the positivist method sought to move away from the positivist method adopted by traditional history, while moving ever closer to the qualitative and ethnological method. The Nouvelle Histoire, defended by third-party analysts, proposed a new approach to the historical phenomenon. It brought to the discussion stage some elements disregarded by positivist

¹ Este artigo foi extraído de um dos capítulos de minha tese de doutoramento, construída na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, defendida em 23 de agosto de 2022, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação da professora Sônia Maria dos Santos.

² Doutor em Educação, UFU, jresendecosta@gmail.com

³ Pós-doutora em Educação, UFMG, soniaufu@gmail.com

history: diversification of objects of study, the micro-history of social groups discarded by classical history, the history of mentalities, the analysis of phenomena under different spatio-temporal cutouts and the appreciation of non-documentary sources, such as oral history and iconography. Based on these conditions, the Nouvelle Histoire proposed to analyze, understand and explain social reality in its historical complexity, different dimensions (human, social, cultural, political, economic) and language manifestations (semiotics and meaning).

Key-words: Nouvelle Histoire, École des Annales, Micro-history. History of Mentalities.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A *École des Annales* (Escola dos Annales), um grande movimento que ocorreu na historiografia francesa, foi responsável por apresentar alguns questionamentos à história positivista e identificar vazios conceituais e metodológicos que essa corrente tradicional da história não contemplava em seus clássicos fundamentos teórico-metodológicos. De acordo com Costa e Santos (2023), a *École des Annales* foi fundada em 1929, a partir dos postulados de dois historiadores franceses, Lucien Febvre e Marc Bloch, incorporando à história a etnologia e outros métodos das ciências sociais à história, sobretudo os métodos adotados pela sociologia.

A história positivista, historizante e “totalizante”, assentada no método científico clássico utilizado pelas ciências naturais, priorizou as fontes documentais como testemunhos únicos da história. Para os *annalistas*, a história deveria adotar outro método de abordagem investigativa para explicar seu objeto de estudo – a sociedade –, concebida em suas múltiplas e complexas dimensões. De acordo com Borges (1992), a história historizante foi criticada

pelos fundadores da “Escola dos Annales”. Lucien Fèbre e Marc Bloch criticavam a aparente objetividade que, na prática, dissimula uma escolha arbitrária que valoriza as decisões das grandes figuras através da psicologia individual, os grandes acontecimentos e o tempo curto; denunciavam sobretudo a valorização do político em detrimento do econômico e do social [...]. Passa-se a condenar a preocupação com os fatos únicos, o esmiuçamento do particular em detrimento da comparação e do geral, o caráter elitista de uma preocupação exclusiva com grupos sociais dominantes (BORGES, 1992, p. 12).

Desde seu surgimento, em 1929, a *École des Annales* passou por quatro gerações paradigmáticas: a primeira geração (1929-1946), liderada pelos seus fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre; a segunda geração (1946-1968), conduzida por Fernand Braudel; a terceira geração (1968-1989), comandada por Jacques Le Goff, Pierre Nora, Philippe Ariès e Emmanuel Le Roy Ladurie; por fim, a quarta geração, iniciada em 1989, defendida por Georges Duby, Roger Chartier, André Burguière e Jacques Revel. Ao longo de seu movimento intelectual, a *École des Annales* apresentou rupturas com a história positivista e momentos controversos entre os próprios *annalistas*.

Neste trabalho, as análises concentraram-se nas derivações decorrentes do grande debate epistêmico travado entre os *annalistas* da terceira geração da *École des Annales*. É durante essa geração que surgiu um novo paradigma para a história, uma corrente doutrinária que estabeleceu a *Nouvelle Histoire* (Nova História). A *Nouvelle Histoire* retomou alguns pressupostos das gerações anteriores, redimensionando-os teórica e conceitualmente: 1) a relevância de fontes não documentais, como a história oral e a iconografia; 2) a aceitação da existência de uma “história em migalhas”; 3) a variação temporal da análise histórica (curto, médio e longo prazo); 4) a valorização das micro-histórias e microrrealidades de grupos sociais anônimos; 5) a ressurreição da biografia.

A biografia ficou afastada do conhecimento histórico erudito por um longo tempo. No entendimento de Schmidt (2014), era considerada pela história positivista como uma ladainha chiste e divertida. Com a *Nouvelle Histoire*, a biografia retornou ao campo do conhecimento acadêmico.

A *Nouvelle Histoire* alargou o conceito de fonte positivista e passou a considerar como documento as manifestações humanas de ordem imaterial. Neste sentido, Barros (2013) afirma que uma fonte é um documento nem sempre escrito, visual, material e físico. O documento, ou melhor, a fonte, é produzida pelo homem sob determinadas condições. Por isso, mostra-se e manifesta-se aos olhos do historiador sob as mais distintas e complexas naturezas de sua produção, percepção e apreensão. Tudo dependerá do olhar do pesquisador, da sua acuidade investigativa e do motivo pelo qual tal fonte lhe foi apresentada.

[...] uma das marcas da historiografia do século XX foi a gradual ampliação do universo de tipos de fontes disponíveis aos historiadores. Essa ampliação, que podemos entender como uma “expansão documental” (se tomarmos a expressão “documento” como sinônimo de “fonte histórica”) (BARROS, 2013, p. 339).

Jacques Le Goff despontou como o historiador mais respeitado nos *Annales* pós 1968. Em seu manifesto prefacial para a obra coletiva “História Nova”, Le Goff posicionou a *Nouvelle Histoire* não como uma ruptura com a segunda geração dos *Annales*, mas como continuidade da escola a partir da inserção de novas tendências no pensamento e no movimento historiográfico (BARROS, 2013).

Parafraseando Barros (2013), a *Nouvelle Histoire* retomou alguns pontos conceituais sufocados no padrão historiográfico anterior, dando a eles um novo olhar, relevância e vigor acadêmico. A “história em migalhas”, a micro-história e a história das mentalidades¹ não podem ser consideradas como correntes teóricas dentro da *École des Annales*, mas os principais vagões da *Nouvelle Histoire*. Embora tenham sido anunciadas por Lucien Febvre e Marc Bloch durante a primeira geração dos *Annales*, é na terceira geração que essas temáticas ganharam centralidade e constituíram campos de estudo na história.

Entre as novidades, postula-se a possibilidade de examinar a história de acordo com uma nova escala de observação – atenta para o detalhe, para as microrrealidades, para aquilo que habitualmente escapa ao olhar panorâmico da macro-história tradicional – e é a esta nova postura que se passou a chamar de micro-história (BARROS, 2013, p. 311).

O excerto anterior encontra fundamento na declaração de Borges (1992), que afirma:

A tendência à denominada “história em migalhas” surgiu do abandono tanto da procura de leis históricas e de análises estruturais quanto das elaborações de sínteses e da preocupação com o macro; a historiografia que se vê como “de ponta” passou a procurar o único e o singular, a pensar a diferença como algo que permite o conhecimento do social (BORGES, 1992, p. 15).

Para Barros (2013), embora tenha origens ainda na primeira metade do século XX, é na terceira geração dos *Annales* que a história das mentalidades se configurou como um espaço de pesquisa dedicado a realizar um exame mais atento da vida social e seu relacionamento com os modos de pensar e de sentir dos grupos sociais.

Ao longo do tempo, a história tradicional, positivista, se encarregou de relacionar e descrever os fatos e os feitos de grandes heróis como os saberes históricos legítimos a serem conhecidos e divulgados. Bastante se sabe sobre Tutancâmon, Ciro, Taizong, Alexandre Magno, Constantino, Gengis Khan, Montezuma, Atahualpa e Mansa Musa, respectivamente imperadores do Egito, Pérsia, China, Grécia, Roma, Mongólia, Império Asteca, Império Inca e Mali, respectivamente. Pouco se sabe sobre a sociedade que vivia nessas regiões.

Em uma perspectiva menos rasa de análise e percepção da sociedade, seus movimentos e fenômenos, os novos elementos que passaram a ser considerados na *Nouvelle Histoire* (novas fontes, relativização espaço-temporal⁴, articulação entre história e geografia e a importância da história e das microrrealidades) tornaram-se objeto de concepção, apreensão, compreensão e explicação da história social em sua complexidade econômica, política, social, cultural e semiótica.

2. A GRANDE MESA REDONDA DE 1977: QUESTÕES APRESENTADAS À HISTÓRIA

Il faut attendre la nouvelle histoire pour que la discipline s’ouvre sur des aspects jugés jusqu’alors inutiles : l’étude de sources autres que les textes écrits, la recherche portant sur des marginaux ou des collectivités anonymes, les variations d’échelle (depuis la longue durée jusqu’à la microhistoire), l’éclatement de la perspective eurocentriste, l’habilitation de l’histoire du temps présent, la réhabilitation des liens unissant l’histoire et la philologie,

⁴ Cf. Barros (2013, p. 340), entre as conquistas dos *Annales* que se universalizaram, existe ainda uma outra: a percepção de não apenas o tempo é vital para a historiografia, mas também o espaço.

l'écriture et la réécriture de l'histoire à travers le discours historique et le discours littéraire (CICHOCKA, 2007, p. 47).⁵

No final da década de 1960, a história historizante e totalizante, a sequência descritiva e sequencial dos eventos históricos, as metanarrativas e discursos elitistas se enfraqueceram no interior da *École des Annales*. Na década seguinte, um novo contexto (pós-modernidade) se apresentou para os *annalistas*. Com o novo cenário, a micro-história emergiu e ganhou destaque diante da história quantitativa e pretensamente totalizante (BARROS, 2013).

Não tardaria muito para que, em fins dos anos 70, todo um modelo historiográfico predominante apresentado pelo movimento dos Annales começasse a ser veementemente contestado, particularmente no que se refere ao padrão de cientificidade que era prometido pela história serial e pelas abordagens quantitativas (BARROS, 2013, p. 312).

Esta seção traz uma síntese dos principais pontos discutidos durante a mesa redonda realizada em 1977, intitulada *La Nouvelle Histoire* (A Nova História). O evento contou com a participação de grandes nomes da escola francesa de história: Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, Georges Duby, Michel de Certeau, Paul Veyne, Philippe Ariès e Pierre Nora.

Os depoimentos dos debatedores, em sua maioria representantes da terceira geração da *École des Annales* (Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, Pierre Nora e Philippe Ariès) foram colhidos por Raymond Bellour e Phillippe Philippe Venault, e publicados originalmente no número 123 da revista *Magazine Littéraire*, em abril de 1977. Posteriormente, em 1991, os textos foram publicados novamente no compêndio “A Nova História”, integrando a coleção “Lugar da História”, de responsabilidade da Edições 70, de Lisboa, Portugal.

O debate, com origem nos postulados da *École des Annales*, apontou concordâncias e controvérsias entre os debatedores no porvir e no devir dos fundamentos e métodos da história. Para Barros (2013), a terceira geração da *École des Annales* trouxe continuidades e rupturas em relação às suas antecedentes: a primeira e a segunda geração.

A história que começava a ser gerada na década de 1960 entendia que o homem era uma singularidade que adquiria coletividade por meio de sua convivência com o(s) outro(s). Nessa simbiose, o único tornava-se plural e adquiria identidade social, parte indissolúvel do grupo ao qual

⁵ Só com a nova história é que a disciplina se abriu a aspectos até então considerados inúteis: o estudo de outras fontes que não os textos escritos, a pesquisa sobre pessoas marginalizadas ou comunidades anônimas, variações de escala (do longo prazo à micro-história), a ruptura da perspectiva eurocêntrica, a valorização da história do tempo presente, a reabilitação dos vínculos entre história e filologia, a escrita e reescrita da história através do discurso histórico e do discurso literário (CICHOCKA, 2007, p. 47, tradução nossa).

pertencia, pensava e agia, na maioria das vezes, de maneira coletiva. Para Barros (2013, p. 338), “a interdisciplinaridade é de fato um inquestionável traço de união entre os historiadores da primeira geração dos *Annales* e os historiadores da *Nouvelle Histoire*”.

Ao eleger como sua preocupação fundamental o homem enquanto “ser social” (e não mais as elites e instituições políticas que ocupavam o centro das atenções dos historicistas tradicionais), a Escola dos *Annales* estabeleceria a sua dimensão interdisciplinar como um dos traços mais fortes e característicos do seu programa de ação (BARROS, 2013, p. 338).

Nesse sentido, durante a Mesa Redonda de 1977, Ariès (1991) declarou que as ideias defendidas pelos criadores da *École des Annales* se diluíram em dois polos de influência, também defendidos por Prost (2017), na obra “Doze lições sobre a história”.

Penso que o êxito da História hoje em dia, na medida em que ela não é narrativa, é provocado pela diminuição da crença do grande público no progresso. [...] Com efeito, na historiografia das mentalidades, os nossos mestres, Lucien Febvre, Marc Bloch ou Johan Huizinga, não tiveram sucessores imediatos. Se repararem nos *Annales* da era braudeliana, verão que eles foram quase inteiramente absorvidos por dois pólos: um, o da História socioeconômica, da História das classes dominantes, o outro, o da História demográfica. Foi apenas há cerca de quinze anos que apareceram a Etnografia histórica, os novos temas (ARIÈS, 1991, p. 24).

Todavia, Duby⁶ (1991, p. 41) contestou a afirmação de Ariès (1991) e ponderou “[...] dizer que Marc Bloch e Lucien Febvre não tiveram sucessores não é nada amável para Fernand Braudel...”. Duby (1991, p. 41) salientou sua perplexidade ao ouvir que o marxismo não influenciou a escola francesa de história: “[...] parece-me incontestável que tudo o que se fez de sério na escola histórica francesa parte de esquemas de análise que derivam muito diretamente das teorias marxistas”.

Mas o que Ariès (1991) colocou foi o fato de que Lucien Febvre, Marc Bloch e Johan Huizinga não terem discípulos imediatos deve-se à uma crença do povo na modernidade, um fascínio pelo progresso. Houve uma renovação cultural diante do progresso. Este é um ponto relevante para compreender a existência de um grande público interessado na nova historiografia, paralelamente ao sucesso dos historiadores que a acompanham. Para o autor, “uma das características da História Nova é a de estar, ao mesmo tempo e igualmente preocupada com o passado, mesmo o mais longínquo, e com o presente mais imediato” (ARIÈS, 1991, p. 27).

Com relação à influência marxista na escola francesa de história colocada por Duby (1991) e, apesar das opiniões que às vezes se aproximavam, ora se distanciavam, os debatedores defenderam

⁶ Georges Duby não pode participar da mesa redonda realizada em abril de 1977, da qual participaram Philippe Ariès, Michel de Certeau, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e Paul Veyne.

seus pontos de vista. Ladurie (1991) destacou que “o marxismo encontra-se justamente no coração, diria mesmo, na base de tudo o que nós fizemos” (LADURIE, 1991, p. 29). Por sua vez, Ariès (1991, p. 30) expôs: “toda a historiografia da nossa geração, da minha geração, se não foi dominada pelos ‘marxismos’, foi-o pelo marxismo.”

A modernidade, o progresso, é um fato do qual a história não deve se abster ou ignorar. Para Le Goff (1991, p. 25): “[...] penso que muito está ainda para acontecer no domínio da investigação e da reflexão histórica na História do tempo presente, onde a História Nova tem um grande papel a desempenhar.” Prosseguindo em seu discurso, ele advertiu:

Ou a História se encerra numa problemática do passado, ou então conseguirá dominar a modernidade. Se joga o seu destino numa recusa da modernidade, estou convencido de que sairá a perder. A Politicologia, o Jornalismo, a Sociologia ocupam, por agora, muito melhor o campo de explicação do presente que a História (LE GOFF, 1991, p. 25).

A percepção apresentada por Le Goff (1991) foi corroborada por Nora (1991) ao enfatizar que a imprensa e os jornalistas se antecipam e são os primeiros a selecionar as informações. Segundo o pesquisador, “aliás, com muita frequência, são os jornalistas os primeiros a transformar-se em historiadores do presente. [...] São os jornalistas que estão no início do desenvolvimento extraordinário dessa História imediata” (NORA, 1991, p. 53).

Para além das controvérsias que orbitaram os fundamentos teóricos, filosóficos e metodológicos discutidos na mesa redonda de 1977, o fato é que a Nova História passou a se afirmar como vertente da ciência história ainda na década de 1970, impulsionada também pela influência dos *mass-media*⁷. Certeau (1991, p. 12) declarou que “a História sai da escola e entra nos *mass-media* porque estes ocupam hoje em dia, em grande parte, o lugar que a História tinha no século XIX”, convertendo-se “numa grande empresa de escolarização nacional” (CERTEAU, 1991, p. 12).

Ao seduzir renomados pesquisadores empenhados com o novo curso da história, o desenvolvimento, a expansão e o alcance popular das mídias pode ter comprometido a essência conceitual da história, sua finalidade enquanto campo de análise, compreensão e transformação da sociedade. Analisando um trecho de Cardoso (1988), Benatte (2014,) resumiu o entendimento do autor: “a maior parte dos historiadores ‘academicamente sérios’ e ‘verdadeiramente comprometidos’

⁷ Expressão formada pela junção de uma palavra de origem inglesa, *mass* (massa), com outra latina, *media* (meios). Os *mass-media* referem-se ao conjunto de aparatos utilizados pelos meios de comunicação (televisão, rádio, imprensa) para disseminar, em larga escala, informação a um grande número de pessoas, sob a forma de textos, áudios, vídeos ou imagens.

com as transformações sociais, os novos narrativistas se renderam ao encanto atroz da mídia e do mercado editorial: tornaram-se vedetes da cultura de massas” (BENATTE, 2014, p. 91).

O autor reforçou que a televisão percorre a mesma trilha que os livros de história do passado atravessavam, exercendo um sentimento de identidade para o grupo no qual circulava, ou seja, “legitimava, circunscrevia, doutrinava igualmente” (CERTEAU, 1991, p. 17). Para o autor, o livro é o único instrumento capaz de permitir à história contornar o rótulo imposto pela televisão e abrir novas perspectivas de interpretação dos fenômenos:

É hoje em dia a televisão que, em História, privilegia o valor seguro, o relato patente, a vulgata comum. Aí prosperam a narrativa doutrinal e os nomes academizados. É também certo que as reportagens representam mais uma transgressão, como se, na televisão, a verdadeira história tomasse a forma da actualidade [sic] em países longínquos, como se a distância do tempo fosse substituída pela do espaço. Mas é o livro que parece permitir à História escapar à grande legenda permanente da televisão. Cria espaços livres entre a televisão e o metro⁸, onde passam incessantemente as imagens publicitárias da cultura recebida (CERTEAU, 1991, p. 17).

Pierre Nora teve outra posição em relação aos *mass-media*. Para o autor, não há pseudo-acontecimentos, mas “é o próprio acontecimento que, em relação à História tradicional, mudou de natureza, por causa da transformação operada pelos *mass-media*” (NORA, 1991, p. 46). Para o historiador, “confrontamo-nos inelutavelmente com os acontecimentos, mesmo que pareça que se trata, por vezes, de falsos acontecimentos” (NORA, 1991, p. 46).

Em seu discurso na mesa redonda realizada em 1977, Certeau (1991) alertou sobre os riscos que se corre ao abandonar a retórica, o latim e a história enquanto pilares de identificação e justificação do poder social. Para o autor, a sociedade privilegia aquilo que é oportuno no seu funcionamento, ou seja, a transformação escolar reflete o alinhamento retardado do deslocamento de forças e de disciplinas que organizam um país.

O enfraquecimento da palpitação da história nas instituições de ensino impede aos estudantes simbolizarem seu lugar, seu espaço, ao mesmo tempo em que os priva de se situarem em uma complicada rede de forças atuantes e de analisar suas inter-relações. Rouba dos alunos a criticidade que acaba se alinhando à tranquilidade de diferenças econômicas, políticas, culturais e existenciais, relativizando a ortopraxe e a ortodoxia do sistema vigente (CERTEAU, 1991).

⁸ Nome pelo qual é conhecido o *metrô*, no Brasil, trens metropolitanos elétricos com capacidade de transportar, nos grandes centros urbanos, grandes contingentes populacionais.

Acrescentarei, ainda, seguindo Le Goff, que existe uma perigosa disparidade entre a enorme proliferação metodológica na historiografia científica e a sua ausência ao nível dos manuais. O conteúdo do manual pode mudar: uma história económica [sic] ou cultural substitui uma história puramente política e diplomática. Mas a maneira como a historiografia se constrói, as razões das suas modificações, etc., permanecem escondidas. O manual continua a ser autoritário. Camufla o modo de produção das representações que fornece, a sua relação com os arquivos, com um meio histórico, com as problemáticas contemporâneas que determinaram a sua fabricação, etc. Por outras palavras, o manual fala da História, mas não mostra a sua própria historicidade. Através deste défice metodológico, impede o estudante a possibilidade de ver como tudo se origina e de ser ele próprio produtor de História e de historiografia (CERTEAU, 1991, p. 13).

Ao analisar os dois termos, ortodoxia e ortopraxia, Praça (2010, p. 48) distingue-os da seguinte forma: a “ortodoxia é a crença correta, são ideias e opiniões segundo as doutrinas consideradas normativas para a tradição cristã. Ortopraxia é a prática correta capaz de colocar as crenças em ação por meio do socorro ao necessitado, a luta contra a opressão e a busca pela justiça”.⁹

Retomando a discussão sobre os livros secundários que abordam a história por temáticas, Le Goff (1991, p. 14) defendeu que “a História Nova pode fazer-se através do estudo de um objecto a partir do qual toda a História de uma sociedade se desmonta aos nossos olhos.” Em outra direção, ele pondera: “mas o que eu noto nesta História temática, tal como ela se esboça, é uma História que se encerra no tema e que não explica por que é que a carroça e o automóvel apareceram, e como isso se inscreve na História geral das sociedades” (LE GOFF, 1991, p. 14-15).

Os debatedores da mesa redonda de 1977 concordaram que houve um aumento da produção e consumo de livros, inclusive acadêmicos, mas simultaneamente alertam para sobre seus impactos decorrentes de leitura integral dessas obras ou não. Le Goff (1991) questionou:

Tem-se alguma certeza de que a leitura aumenta e possui-se alguma ideia do que fazem os compradores de livros? Conhecemos muito bem o comportamento histórico dos compradores de livros; sabemos que no século XIX e no princípio do século XX, um certo público, especialmente as pessoas importantes, comprava Victor Hugo, mas trata-se, em geral, de livros que se compra como um fato social e não como um facto [sic] intelectual ou científico. As pessoas levam-nos para as suas bibliotecas, olham para eles, mostram-nos, abrem-nos às vezes para ler uma passagem ou algumas páginas, não se pode dizer que, de facto [sic], os leiam. Gostaria de saber se alguém tem uma ideia acerca da leitura dos livros científicos de História (LE GOFF, 1991, p. 16).

⁹ Praça (2010) faz uma análise do trabalho de John Wesley, fundador do metodismo religioso, ao lançar mão da mídia enquanto estratégia para reformar a nação e a igreja durante o século XVIII. O movimento wesleyano esteve intimamente ligado à educação.

Certeau (1991) analisou o crescimento da venda de livros sob os aspectos quantitativos e qualitativos. Para ele a leitura qualitativa, mesmo que inferior numericamente, se sobrepõe ao quantitativo de obras consumidas.

O quantitativo da venda parece-me esconder, com efeito, diferenças qualitativas essenciais, problemas que aliás interessam ao papel do quantitativo na História. A venda não é a leitura: o que se vende mais, pode ser menos lido. Há também muitas maneiras de ler. Os leitores pouco numerosos de um livro maciçamente comprado leram talvez melhor e foram talvez mais profundamente marcados pelo livro que os muito numerosos leitores? O mais vendido o mais lido, o melhor compreendido ou o melhor memorizado? (CERTEAU, 1991, p. 17).

Veyne (1991) concordou com Le Goff (1991) e Certeau (1991). Analisou a questão sob outra perspectiva e argumentou:

Julgo que podemos ser moderadamente otimistas. Em que medida é que um livro-objecto é também um livro lido? Penso que o livro-objecto é menos lido que o romance que existia outrora (porque nós substituímos os romancistas como testemunhas do real). Mas, em contrapartida, somos mais lidos do que era outrora o livro objeto filosófico. Há certamente mais pessoas que leram Le Roy Ladurie que L'Être et le Néant¹⁰, ainda que o número de compradores seja o mesmo nos dois casos. Fomos, por exemplo, muito mais lidos que *Mein Kampf*, que ninguém leu (VEYNE, 1991, p. 16).

Ainda acerca da discussão e crítica sobre a história narrativa, temática, típica do ensino secundário da década de 1970 e em analogia à Geografia, Ladurie (1991) explicou que durante a década de 1950, as descobertas dessa ciência perderam o vínculo com a sociedade. O autor avançou e afirmou que a história perdia sua base no liceu e na escola elementar pela redução da carga horária, adoção de programas não adequados e desinteresse de pais e alunos.

Nora (1991) sugeriu que houve um desenraizamento acentuado da sociedade clássica no início do século XX, aprofundado pela Segunda Guerra Mundial. Tal fato exigiu um novo comportamento da história, que se afastou da perspectiva tradicional e foi responsável pelo fortalecimento de uma ciência histórica contemporânea em pleno desenvolvimento. Essa mudança paradigmática, provocada pela inquietação social de interrogar o presente, pode ser compreendida por dois motivos:

¹⁰ L'Être et le Néant (O ser e o nada) é uma obra filosófica produzida em 1943 por Jean-Paul Sartre (1905-1980). Considerada por muitos filósofos como um dos principais textos da segunda metade do século XX. Em *L'Être et le Néant*, Sartre estabelece os princípios do existencialismo. Cf. Ferreira (2015, p. 186), a angústia sartriana nada tem a ver com a agonia decorrente do medo, do desespero ou da ansiedade, pois angústia e medo não podem ser confundidos, dado que aquela diz respeito tão somente a mim, porque aquilo que realizo depende exclusivamente de mim, já o medo diz respeito ao que pode ocorrer comigo, ou seja, a algo exterior. A angústia em questão deve ser compreendida a partir da relação entre o que sou em um determinado momento, o que fui anteriormente e o que serei em um tempo futuro.

Primeiro, por causa da famosa “aceleração da História” que, ao arrancar-nos as nossas raízes, se arrisca a provocar em nós uma verdadeira crise de identidade. Esta crise é muito mais nítida nos jovens, que possuem ao mesmo tempo gosto e desgosto pela História. Vivemos nesse medo de sermos separados do nosso passado, “desmemorizados”, [...] sem compreender nada acerca do mundo em que vivemos, e onde cada vez acontecem mais coisas. [...] A segunda razão é interior à própria História. Um dos efeitos da evolução da historiografia foi a sensação de relativismo sentida pelo historiador. Até uma época muito recente, os historiadores sabiam de que falavam [...]. Hoje, o relativismo tornou os historiadores mais modestos. Onde falam eles? Do alto da “Ciência”? (NORA, 1991, p. 51).

Le Goff (1991) lamentou, na época, a inexistência de uma revista científica de grande circulação no meio acadêmico que discutisse a História Nova. O historiador demonstrou preocupação com o futuro da Nova História em função da influência de duas forças: a decadência da escola, na qual a Nova História perde espaço para a histórias em temas e, por outro, os meios de comunicação de massa, em especial a televisão, que conseguem se organizar e impor sua visão da história, a péssima história. Uma história, embora engessada, se disseminava:

Penso que a situação da História Nova, que é fundamentalmente uma História científica e mesmo universitária, é mais paradoxal do que se disse a princípio. Vejo esta produção como que muito dilatada, enlatada por um lado, pela depressão ao nível da escola que já aqui foi mencionada e, por outro, apesar de tudo o que acaba de ser dito, pela ausência de expedientes ao nível dos mass-media. Pelo que toca à televisão, o discurso histórico é essencialmente um discurso tradicional, um discurso que é mais um discurso próprio de televisão do que um discurso de História para a televisão e pela televisão. Por outro lado, há uma coisa que me impressiona: se não estou em erro, não existe nenhuma revista de grande difusão que a inclua a História Nova. Não vou citar as revistas que sabemos que continuam a ser muito lidas e que apresentam a História que nos parece a pior História (LE GOFF, 1991, p. 18).

Ao se referir ao termo História Contemporânea, Nora (1991) foi enfático ao separá-la de qualquer tentativa de determinação temporal, uma vez que os marcos cronológicos, as datas, têm significados distintos para as diferentes sociedades. O autor preferiu referir-se a uma história dinâmica, em movimento, que interessa a toda a gente, diferentemente da história apática, que interessa somente aos historiadores.

[...] quando digo História Contemporânea, não quero dizer uma História cronologicamente definida a partir de uma data. Essa data seria demasiado problemática. Tradicionalmente, a Revolução Francesa assinala o corte a partir do qual falamos de História Contemporânea. Mas, para os alemães ou para os ingleses, este termo não significa nada. [...] A História Contemporânea não mais se deveria definir em termos cronológicos, mas segundo uma linha que separa a História hoje viva da História hoje morta (NORA, 1991, p. 52).

Grisoni (1991), no pequeno texto “A Ásia bárbara e a China sábia”, de 1991, fez referência à reedição de duas grandes obras de René Grousset (1885-1952): “*Histoire de la Chine*” (História da China), de 1942, e “*L’Empire des steppes*” (O império das estepes), de 1938. A autora lembra que, sem perder a fina inteligência e a insólita erudição, a história deve ser um instrumento de reflexão ao

alcance de todos. Ou seja, o que se coloca sob a alcunha de “barbárie” dos povos da estepe, no caso os mongóis de Gengis Khan, Grousset apresenta essa “barbárie” sob outro lustro, fundamentado no estudo das origens desse povo, sua vida cotidiana e a autenticidade de sua civilização, permitindo uma releitura do termo “barbárie”. Ou seja, a “selvageria” dos pastores mongóis “depende mais do olhar apavorado com que os olhamos” (GRISONI, 1991, p. 83).

Para Barros (2013, p. 338), “a interdisciplinaridade é de fato um inquestionável traço de união entre os historiadores da primeira geração dos *Annales* e os historiadores da *Nouvelle Histoire*”. Embora a *Nouvelle Histoire* tenha apresentado discordância com os pressupostos estabelecidos pela primeira e segunda geração da *École des Annales*, em especial os postulados da história totalizante, as quatro gerações dos *Annales* apresentaram uma característica comum: a interdisciplinaridade.

Se a história total é o ponto de discordância maior entre as primeiras gerações dos *Annales* e a *Nouvelle Histoire*, a interdisciplinaridade é o aspecto maior que as une, e que nos permitiria falar de toda esta contribuição que envolve quatro gerações de historiadores franceses como um único movimento (BARROS, 2013, p. 336-337).

A intersecção entre as perspectivas de análise do objeto de estudo da história permite inferir que o movimento historiográfico da *École des Annales* caracterizou-se pela sua unidade e continuidade, não pelas rupturas. A interdisciplinaridade uniu os *annalistas* e tornou-se o aspecto mais proeminente da *École des Annales*.

A mesa redonda realizada em 1977 trouxe à tona questões a serem discutidas. O evento lançou novos desafios para a afirmação e consolidação da Nova História, para a História Cultural e sua epistemologia. O debate, de grande profundidade no nível teórico, impôs aos historiadores do mundo todo provocações longe de serem definitivamente solvidas e encerradas. Aos próximos pesquisadores, cabe a continuidade da discussão e a procura por liames teóricos interdisciplinares que estabeleçam, não uma posição de proeminência, soberba e excelência para a história, nem o insulto às outras ciências, mas um ponto de equilíbrio e articulação da história com as outras ciências sociais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Nouvelle Histoire* representou o alargamento do campo de pesquisa da história, objetos e espectros de abordagem que estiveram no limbo conceitual, teórico e metodológico da história positivista. A *Nouvelle Histoire* se afastou de metodologias clássicas, flertou com a fenomenologia, valorizou o método etnológico e resgatou a importância da pesquisa-ação como caminho para compreender e explicar a realidade social.

Ao relativizar a história totalizante, a *Nouvelle Histoire* não rompeu com os pressupostos conceituais da histórica clássica. Alguns postulados foram retomados sob novas perspectivas e fronteiras de interpretação. Por outro lado, a *Nouvelle Histoire* abalou as estruturas que fundamentavam a perspectiva positivista da pesquisa em história.

A metodologia qualitativa disputou espaço com o método quantitativo na pesquisa em história. Resignificou o conceito de fonte, inseriu e valorizou fontes não escritas, como as fontes orais, a iconografia, a simbologia e a narrativa biográfica. Ao inserir no debate historiográfico uma nova percepção da importância do recorte espaço-temporal na pesquisa histórica, a *Nouvelle Histoire* reconheceu a existência de micro-histórias de grupos sociais sufocados pela história historizante, totalizante e elitista. A história local e a história individual ganharam destaque e se articularam com a história global e coletiva. A “história em migalhas” projetou-se como um microcosmo privilegiado de manifestações e atitudes comuns, passíveis de serem apreendidas como *locus* de atitudes coletivas.

Elementos insólitos no debate historiográfico da primeira e segunda geração da *École des Annales*, como a linguagem e a semiologia das representações e simbologias sociais, foram sublinhados e integrados ao liame da nova vertente doutrinária que surgia.

A terceira geração da *École des Annales* foi um espaço de discussão de diversos domínios temáticos como a micro-história, a microrrealidade, a história das mentalidades e a história cultural. O movimento historiográfico desencadeado pela *Nouvelle Histoire* não marcou uma ruptura com as correntes doutrinárias, objetos de estudo, fontes, métodos e metodologias das gerações anteriores. Pelo contrário, representou uma continuidade da historiografia do pensamento histórico.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. A história: uma paixão nova. In: LE GOFF, J. *et al.* **A nova história**. Lisboa: Edições 70, 1991. p. 9-40. 89 p. (Coleção Lugar da História).

BARROS, J. A. A Nouvelle Histoire e os Annales: entre continuidades e rupturas. **Revista de História** (UFBA), Salvador, BA, v. 5 n. 1-2 (2013), p. 308-340. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/rhufba/article/view/28229/16752>>. Acessado em: Dez, 2022.

BENATTE, A. P. História, ciência, escritura e política. In: RAGO, M.; GIMENES, R. A. O. G. (Orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. 2.ed. Campinas: Unicamp, 2014. p. 61-101. 376 p. (Coleção Ideias; 2).

BORGES, V. P. História e política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, SP, v. 12, n. 23/24, 1992, p. 7-18. Disponível em: <https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=79923>. Acessado em: Fev, 2022.

CARDOSO, C. F. “Uma ‘Nova História’?”, *In: Ensaios Racionalistas: filosofia, ciências naturais e história*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 100-101.

CERTEAU, M. A história: uma paixão nova. *In: LE GOFF, J. et al. A nova história*. Lisboa: Edições 70, 1991. p. 9-40. 89 p. (Coleção Lugar da História).

CICHOCKA, M. **Entre la nouvelle histoire et le nouveau roman historique: réinventions, relectures, écritures**. Paris: Éditions L'Harmattan, 2007. 412 p.

COSTA, J. R. SANTOS, S. M. Contribuições da École des Annales para a História Cultural. **Revista Campo da História**, Curitiba, PR, v. 8, n. 1, 2023, p. 142-158. Disponível em: <<https://www.campodahistoria.com.br/ojs/index.php/rcdh/article/view/88/76>>. Acessado em: Jan, 2023.

DUBY, G. A história: um divertimento, um meio de evasão, um meio de formação. *In: LE GOFF, J. et al. A nova história*. Lisboa: Edições 70, 1991. p. 41-43. 89 p. (Coleção Lugar da História).

FERREIRA, B. M. Síntese do livro O ser e o nada, de Jean Paul Sartre: o conceito existencialista de angústia. **Revista Educação e Cultura em Debate** (UNIFAN), Goiânia, GO, v. 1, n. 1, jul-dez. 2015, p. 186-188. Disponível em: <<https://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaISE/article/view/93>>. Acessado em: Jan, 2023.

GRISONI, D. A Ásia bárbara e a China sábia. *In: LE GOFF, J. et al. A nova história*. Lisboa: Edições 70, 1991. p. 81-83. 89 p. (Coleção Lugar da História).

LADURIE, E. L. R. A história: uma paixão nova. *In: LE GOFF, J. et al. A nova história*. Lisboa: Edições 70, 1991. p. 9-40. 89 p. (Coleção Lugar da História).

LE GOFF, J. A história: uma paixão nova. *In: LE GOFF, J. et al. A nova história*. Lisboa: Edições 70, 1991. p. 9-40. 89 p. (Coleção Lugar da História).

NORA, P. O acontecimento e o historiador do presente. *In: LE GOFF, J. et al. A nova história*. Lisboa: Edições 70, 1991. p. 45-55. 89 p. (Coleção Lugar da História).

PLAÇA, J. T. **A comunicação no movimento wesleyano: pistas para uma mídia metodista hoje**. Orientador: Rui de Souza Josgrilberg. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2010. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp137194.pdf>>. Acessado em: Out, 2022.

PROST, A. **Doze lições sobre a história**. 2. ed.; 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. 287 p.

SARTE, J. P. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. Petrópolis: Vozes, 2015. 832 p.

SCHMIDT, B. B. Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura. *In*: RAGO, M.; GIMENES, R. A. O. G. (Orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. 2.ed. Campinas: Unicamp, 2014. (Coleção Ideias; 2). 376 p. p. 191-201.

VEYNE, P. A história: uma paixão nova. *In*: LE GOFF, J. *et. al.* **A nova história**. Lisboa: Edições 70, 1991. p. 9-40. 89 p. (Coleção Lugar da História). Mesa redonda.